

## PILLAR

LEARN · DIGITAL SOVEREIGNTY

# O Indigenous Reclamation Framework: um protocolo de custódia, não de propriedade

*Como fundações, ministérios e multilaterais podem estruturar engajamento com organizações lideradas por indígenas sem reproduzir os danos históricos da filantropia direcionada de cima para baixo. O Protocol of Letting Communities Lead, em detalhe operacional.*

---

8 min de leitura

Última atualização: 10 de junho de 2026

PILLAR MEDIA & ENTERTAINMENT · PILLARME.COM/LEARN

*O Indigenous Reclamation Framework de Pillar é estruturado como proposta aberta: organizações lideradas por indígenas decidem o que é construído, e Pillar fornece capacidade de infraestrutura em custódia. Este texto descreve o protocolo como um modelo transferível para qualquer instituição que deseje engajar com soberania indígena digital sem reproduzir extrativismo institucional.*

## A tese

- Por que o engajamento institucional convencional com organizações indígenas frequentemente reproduz danos históricos, mesmo com boas intenções.
- O que significa, em termos operacionais, manter um inventário de domínios em 'custódia' — e o que significa o limite explícito de não desenvolvê-los sem direção indígena.
- A sequência específica de engajamento que protege a soberania da organização indígena sobre o escopo do trabalho.
- Como fundações, ministérios e multilaterais podem estruturar editais e termos de referência compatíveis com o Protocol of Letting Communities Lead.
- Os limites éticos que tornam o protocolo operacionalmente coerente: consentimento explícito, não-nomeação de parceiros, e separação entre capacidade técnica e direção estratégica.

## 01 — O framework: The Protocol of Letting

# Communities Lead

---

## The Protocol of Letting Communities Lead

Este protocolo é uma estrutura operacional, não uma declaração de valores. Cada pilar define uma ação ou um limite concreto que governa como Pillar, organizações indígenas e financiadores externos se relacionam.

1

### Indigenous-Defined Outcomes

A organização liderada por indígenas define o resultado desejado antes que qualquer escopo técnico ou financeiro seja formulado. Não se trata de consulta sobre uma proposta já desenhada — trata-se de começar a conversa sem proposta. Pillar não chega com produto. A fundação não chega com edital fechado.

2

### Infrastructure Capacity, Not Direction

Pillar fornece capacidade de infraestrutura — domínios em custódia, operação técnica, integrações — mas não direção editorial, narrativa ou estratégica. A capacidade é oferecida como recurso a ser dirigido pela organização indígena. Esta separação explícita entre 'quem opera a máquina' e 'quem decide o que a máquina produz' é central.

3

### Custodial Inventory Discipline

Pillar mantém um inventário de domínios .com relevantes a línguas indígenas em custódia, sem desenvolvimento comercial. O inventário existe para impedir que esses ativos caiam em mãos especulativas ou hostis, não para criar uma reserva de ativos a serem 'liberados' por critérios internos. Nenhum domínio é desenvolvido sem direção liderada por indígenas e consentimento escrito.

4

### Sequenced Engagement

Engajamentos começam com uma chamada de apresentação à organização indígena, não a Pillar. O [Pillar Institute \(/institute/\)](#) serve como apresentador e facilitador, nunca como ponto inicial de contato que define o escopo. Esta sequência previne que o intermediário técnico molde a percepção do que é possível antes da comunidade falar.

5

**Consent-Bounded Visibility**

Nenhum parceiro é nomeado publicamente sem consentimento escrito explícito. Pillar não utiliza relações com organizações indígenas como credencial de marketing, e fundações e ministérios financiadores assumem o mesmo compromisso como condição de engajamento. A visibilidade do trabalho pertence à organização que o liderou.

## 02 — Os dados.

**5.000+**

Línguas indígenas faladas globalmente

UNESCO

**476M+**

Pessoas indígenas no mundo (6% da população global)

BANCO MUNDIAL

**40%+**

Línguas indígenas projetadas como ameaçadas até 2100

UNESCO

**90%+**

Línguas indígenas sem presença digital significativa

PESQUISA EM SOBERANIA LINGUÍSTICA DIGITAL

**<1%**

Da filantropia global vai a organizações lideradas por indígenas

BRIDGESPAN 2021

**2022–2032**

Década Internacional das Línguas Indígenas

ONU

## Por que a maioria das parcerias falha antes mesmo de começar

A história do engajamento institucional com povos indígenas está repleta de boas intenções que produziram danos. Fundações chegam com cronogramas predefinidos. Ministérios estruturam editais que exigem capacidades administrativas que organizações comunitárias não foram convidadas a desenvolver. ONGs internacionais oferecem 'capacitação' que, na prática, é treinamento para se adequar à gramática do doador. O resultado é um padrão conhecido: projetos que terminam quando o financiamento termina, infraestrutura que não pertence a quem a opera, dados que saem da comunidade e nunca retornam.

O [Pillar Institute \(/institute/\)](#) parte de um diagnóstico diferente. O problema não é falta de recursos técnicos. É a estrutura de quem decide. Quando a organização externa define o que será construído, mesmo com a melhor consulta possível, a soberania se dissolve em consulta. O Protocol of Letting Communities Lead inverte essa estrutura como pré-condição, não como aspiração. A organização liderada por indígenas define o resultado desejado. Pillar oferece capacidade de infraestrutura. A fundação financia. Nenhuma das três partes pode pular essa sequência.

## O que significa 'capacidade de infraestrutura em custódia'

Pillar mantém em inventário domínios .com relevantes para línguas e territórios indígenas. Esses domínios não estão à venda. Não estão em desenvolvimento. Não estão sendo monetizados por tráfego, parking ou publicidade. Eles estão em custódia — mantidos fora do mercado especulativo até que uma organização liderada por indígenas decida, se decidir, que faz sentido ativá-los sob sua direção. Esta é a primeira peça concreta do protocolo: a infraestrutura digital relevante a uma comunidade não deveria estar em leilão entre quem chegar primeiro.

A custódia é ativa, não passiva. Envolve renovações, proteção contra cybersquatting, manutenção de registros DNS e capacidade de transferência limpa quando solicitado. Mas a custódia também define um limite explícito: Pillar não desenvolve esses ativos sem parceria explícita liderada por indígenas. Não publica conteúdo. Não constrói marca em cima deles. Não utiliza sua custódia como argumento de marketing identificando comunidades específicas sem consentimento escrito. O silêncio em torno do inventário é parte da disciplina, não uma omissão.

## Por que a sequência de engajamento importa

A diferença operacional mais importante entre o Protocol of Letting Communities Lead e modelos convencionais de filantropia está em quem inicia a conversa. No modelo convencional, a fundação ou o ministério convoca o intermediário técnico, define o escopo, e então procura uma comunidade indígena para implementar. No protocolo, a sequência inverte: o engajamento começa com uma chamada de apresentação à organização liderada por indígenas. Pillar não é o primeiro contato. O [Pillar Institute \(/institute/\)](#) serve como apresentador e facilitador, não como propositor.

Esta inversão resolve um problema sutil mas decisivo. Quando o intermediário técnico é apresentado primeiro, sua presença molda o que a comunidade percebe como possível. Quando a comunidade fala primeiro, o intermediário chega para responder a uma visão já articulada. A diferença parece protocolar, mas tem consequências materiais sobre quem possui a definição do escopo. Fundações e ministérios que adotam essa sequência descobrem que financiam menos projetos, mas projetos que sobrevivem ao ciclo de financiamento porque foram desenhados pela organização que os herdará.

## O que o inventário de domínios não é

É importante ser preciso sobre o que Pillar não reivindica. A custódia de domínios .com relevantes a línguas indígenas não é uma reivindicação de representação. Não é uma autoridade sobre como comunidades devem se expressar digitalmente. Não é um banco de ativos que comunidades precisam 'requerer'. É uma função defensiva: manter fora do mercado especulativo recursos de infraestrutura digital que, se vendidos a terceiros, poderiam ser usados contra interesses comunitários — em phishing cultural, em apropriação de marca, em desinformação.

Para fundações e ministérios, isso significa que o inventário em si não é o produto. O produto é a disciplina protocolar: que recursos técnicos com relevância para soberania indígena possam existir em uma camada de custódia, sob condições explícitas, sem se converterem em ativos especulativos nem em alavanca de poder do custodiante. Este é um modelo transferível: arquivos linguísticos, bases de dados, identificadores digitais, certificados, e até modelos de IA treinados em conhecimento tradicional podem ser estruturados sob a mesma lógica.

## 03 – Aplicando o protocolo na prática

---

**P**ara fundações, ministérios, ONGs e multilaterais que estão estruturando engajamento com organizações lideradas por indígenas. Cada item é uma decisão operacional, não uma aspiração.

1. Comece a sequência de engajamento com uma chamada de apresentação à organização indígena, não ao intermediário técnico. Se você ainda não tem essa relação, comece por construí-la — não por contratar quem alegue tê-la.
2. Estruture o edital ou termo de referência para que a organização indígena defina o resultado antes da definição do escopo técnico. Resista à tentação de pré-definir entregáveis para 'agilizar' o processo.
3. Inclua cláusulas explícitas de consentimento para visibilidade. Trate o consentimento de parceria e o consentimento de comunicação pública como decisões separadas, com documentação própria para cada uma.
4. Estruture o financiamento de modo que a infraestrutura — domínios, dados, integrações técnicas — pertença à organização indígena ao final do ciclo, sem condições de retorno ao custodiante ou ao financiador.
5. Trate a capacidade administrativa como algo a ser financiado, não exigido como pré-requisito. Organizações lideradas por indígenas frequentemente recebem menos de 1% da filantropia global — exigir capacidade que essa estrutura não financiou é uma exclusão disfarçada de meritocracia.
6. Documente explicitamente o que você não fará: não desenvolver inventário sem direção indígena, não nomear parceiros sem consentimento escrito, não reter dados ao final do ciclo. Os limites são tão constitutivos do protocolo quanto as ações.

# Perguntas frequentes.

---

## **Por que Pillar mantém domínios em custódia em vez de transferi-los imediatamente a organizações indígenas?**

Transferência imediata pressupõe que a organização indígena já existe na forma legal, técnica e financeira necessária para receber e operar o ativo — e que ela quer recebê-lo agora. Muitas vezes nenhuma das três condições se aplica. A custódia mantém o domínio fora do mercado especulativo, protegido contra cybersquatting, até que a organização decida, em seu próprio tempo, se e como deseja ativá-lo. Pillar não reivindica autoridade sobre essa decisão; reivindica apenas a disciplina de não desenvolver o ativo unilateralmente.

---

## **Como uma fundação ou ministério inicia engajamento sob esse protocolo?**

A sequência começa com uma chamada de apresentação à organização liderada por indígenas, não ao [Pillar Institute \(/institute/\)](https://institute/). A fundação ou ministério identifica a organização com a qual deseja trabalhar — idealmente uma relação que já existe ou que começa por vínculos comunitários próprios — e a partir dessa relação, se a organização identificar necessidades de infraestrutura digital, Pillar pode ser apresentada como opção entre outras. Esta sequência previne que o intermediário técnico molde o escopo antes da comunidade falar.

---

## **O modelo de custódia se aplica apenas a domínios?**

Não. Domínios .com são a aplicação atual mais visível, mas a lógica protocolar — manter recursos de infraestrutura relevantes à soberania indígena fora do mercado especulativo, sob condições explícitas e sem desenvolvimento unilateral — é transferível a outras camadas. Arquivos linguísticos, bases de dados de conhecimento tradicional, identificadores digitais e modelos de IA treinados em corpus comunitários podem ser estruturados sob a mesma disciplina. O ponto não é o ativo. É a estrutura de custódia.

---

## **Por que Pillar não nomeia publicamente as comunidades ou organizações com as quais trabalha?**

Porque o consentimento para parceria não é o mesmo que consentimento para visibilidade. Nomear parceiros sem consentimento escrito explícito converte o trabalho em material de marketing, o que muda a natureza da relação. Algumas organizações preferem visibilidade; outras preferem discrição por razões estratégicas, de segurança ou culturais. A decisão pertence à organização, não ao custodiante. Esta disciplina também protege contra o uso da relação como credencial reputacional de Pillar, o que minaria a própria estrutura do protocolo.

---

## **Como esse protocolo difere de outros modelos de 'tech for good' voltados a povos indígenas?**

A maioria dos modelos 'tech for good' começa com uma solução técnica predefinida procurando uma comunidade beneficiada. O Protocol of Letting Communities Lead começa com a comunidade definindo o resultado e procurando, se desejar, capacidade de infraestrutura. A diferença determina quem possui propriedade intelectual, quem decide sobre escala, quem herda a infraestrutura quando o financiamento termina, e quem aparece nas histórias contadas sobre o trabalho. Tecnicamente as ferramentas podem ser semelhantes; politicamente são modelos opostos.

---